
O Controle Interno nos processos gerenciais das cooperativas de crédito

Bruna Assumpção dos Reis Narciso

Graduada em Ciências Contábeis pela Libertas Faculdades Integradas

Letícia Silva Pereira

Graduada em Ciências Contábeis pela Libertas Faculdades Integradas

Vilma Vieira Mião Oliveira

Mestra em Educação e professora da Libertas Faculdades Integradas

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar o controle interno no gerenciamento das cooperativas de crédito e demonstrar a importância do mesmo para a governança corporativa nas avaliações e tomadas de decisões. A pesquisa se fundamentou em estudos bibliográficos sobre o cooperativismo de crédito, controle interno e governança corporativa, se caracterizaram como uma pesquisa descritiva, qualitativa e estudo de caso. Através do referencial teórico foi desenvolvido um questionário formado por questões abertas e fechadas, dividido em duas partes, sendo a primeira para analisar o perfil dos *controllers* e a segunda para identificar se o controle interno colabora para melhorar o gerenciamento das cooperativas de crédito. Esses questionários foram aplicados nas cooperativas Sicoob Paraisocred, Sicoob Crediempar, Sicoob Credichapada e Sicoob Credesp. Por meio de análise de conteúdo foram realizadas as análises, os resultados da pesquisa permitiram perceber que o controle interno colabora e minimiza os conflitos, mantendo a boa prática e mitigando os riscos, favorecendo a governança corporativa no gerenciamento das cooperativas de crédito, demonstrando a transparência e proporcionando maior segurança nos processos realizados.

Palavras- chave: Cooperativas de crédito, Controle Interno, Governança Corporativa.

1 INTRODUÇÃO

O sistema de cooperativa de crédito trata-se de uma instituição financeira, portanto deve dispor de meios de controles em condições de acompanhar, identificar e propor ações preventivas e corretivas padronizando suas estruturas internas. Diante disso, o controle interno visa garantir e corrigir a integridade das cooperativas de crédito, fiscalizando todas as informações e apontando possíveis irregularidades, tornando-se uma ferramenta fundamental para a governança corporativa.

Neste contexto, surge o seguinte problema: **O controle interno colabora para melhorar o gerenciamento nas cooperativas de crédito?**

Na tentativa de responder a pergunta destacada, o trabalho tem como objetivo geral analisar o controle interno nos processos gerenciais das cooperativas de crédito. Para o alcance desse objetivo, foram adotados os seguintes objetivos específicos: conhecer como funcionam as cooperativas de crédito, entender os procedimentos usados pela governança corporativa e verificar a função operacional do controle interno.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cooperativismo

O cooperativismo é definido como uma doutrina social e econômica, pois visa à renovação social através da cooperação. É um dos instrumentos mais eficazes para modificação do padrão socioeconômico do ser humano. A responsabilidade da renovação e modificação do social pelo econômico é atribuída às cooperativas, que tem como objetivo desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários.

Sendo assim, pode-se dizer que o cooperativismo é uma forma de associação constituída por grupos sociais, a fim de estabelecer um trabalho organizado que traga benefícios e atendam às necessidades reais dos cooperados.

As primeiras ideias que deram início ao movimento foram manifestadas pela corrente liberal dos socialistas utópicos do século XIX e primeira metade do século XX. O ambiente intelectual dos socialistas buscava os ideais de justiça e fraternidade, mas a realidade era constituída pelo sofrimento da classe trabalhadora. Diante desse contexto surge a necessidade e desejo da classe trabalhadora de superar a miséria pelos seus próprios meios, tornando assim uma situação favorável ao aparecimento das cooperativas. Nessa mesma ocasião, os setores econômicos e sociais passavam por grandes modificações com os avanços tecnológicos que transformaram radicalmente o sistema de produção. (FIGUEIREDO, 2000, p. 137)

A fundação da primeira cooperativa se deu por um grupo de operários tecelões, que influenciados pelos intelectuais socialistas, iniciou suas atividades em dezembro de 1844, na

cidade de Rochdale, na Inglaterra. A fundação da cooperativa de consumo foi denominada *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, e cada tecelão fez uma economia durante um ano para a formação do capital social, sendo assim possível tornar realidade a busca de alternativas palpáveis para mudar a difícil situação em que se encontravam.

Para Figueiredo, (2000, p.140-141), pertence aos Pioneiros de Rochdale o reconhecimento de que souberam organizar, de maneira perfeita, um programa completo, associando os princípios teóricos às regras práticas de organização e funcionamento. Estabeleceram regras econômicas relativas à direção dos negócios, à associação cooperativa (democrática) e sua estrutura, que ainda hoje são praticadas pelas cooperativas do mundo inteiro.

Segundo Júnior e Ciotti (2002, p. 111-112), os sete princípios do cooperativismo estão dispostos da seguinte forma: adesão livre e voluntária; controle democrático pelos sócios; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade.

2.2 Cooperativa de Crédito

As cooperativas de crédito são sociedades de pessoas destinadas a oferecer assistência financeira a seus cooperantes. Dentre seus objetivos estão promover a aplicação de recursos privados de seus cooperados e assumir possíveis riscos em favor da comunidade onde se desenvolve, além de ofertar serviços mais adequados às necessidades locais.

Para Ventura, Filho e Soares (2009, p.17), o cooperativismo de crédito se caracterizava em promover acesso aos serviços financeiros e intermediação de recursos assumindo os riscos correspondentes e gerando benefícios para a comunidade. Trata-se de iniciativas promovidas através das comunidades desenvolvendo sustentabilidade para o local, especialmente na formação de poupança e financiamento das iniciativas empresariais, promovendo benefícios sociais pela geração de empregos e distribuição de renda.

As cooperativas de crédito urbanas caracterizavam em prever retornos de sobras proporcionalmente ao capital por remunerar seus dirigentes e sua área de atuação não ser restrita, eram conhecidas como bancos populares.

Em 1902 foi fundada a primeira cooperativa de crédito brasileira na localidade de Linha Imperial, no município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, denominada

Cooperativa de crédito Rural de Nova Petrópolis, com base nos princípios de Raiffeisen. Em 1906 foi constituída a primeira cooperativa embasada nos princípios de Luzzatti, no município de Lajeado, Rio Grande do Sul. (PINHEIRO, 2006, p.25)

Segundo Pinheiro (2006, p. 29-30), em 19 de dezembro de 1932 foi definido o Decreto do poder Legislativo nº 22.239 onde as cooperativas foram definidas como aquelas que tinham por objetivo proporcionar aos seus associados créditos em moeda, por meio de mutualidade mediante a uma taxa módica de juros, auxiliando o pequeno trabalhador em qualquer atividade, agrícola, industrial, comercial, podendo fazer às pessoas estranhas operações de crédito.

Esse decreto regulamentou as Cooperativas Centrais e criou cooperativas de crédito agrícola, de crédito mútuo, populares de crédito urbano e de crédito profissionais, de classes ou empresas.

Com o objetivo em promover amparo e assistência às cooperativas de crédito foi criado pelo governo o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), com participação indireta nas cooperativas para captar depósitos à vista na Câmara de Compensação de cheques.

Para Pinheiro (2006, p.39), o BNCC era controlado pela União que participava com 60% do seu capital e os 40% eram subscritos pelas cooperativas legalmente constituídas. Em uma grande reforma administrativa conduzida pelo governo Collor, foi autorizada pela Lei 8.029, 12 de abril de 1990 a extinção de entidades administrativas, entre elas o BNCC. O decreto foi editado e em 17 de maio de 1994 os acionistas do BNCC decidiram pela liquidação e extinção da sociedade.

Com o propósito de promover o crédito mútuo em 1961, em 03 de agosto, foi constituída por quatro cooperativas a Feleme – Federação Leste Meridional de Cooperativas de Crédito, sendo uma grande propulsora do desenvolvimento do crédito mútuo no Brasil. Em 1985 foi desmembrada em quatro federações estaduais que se dedicavam à educação cooperativista: Fecresp em São Paulo, Fecocerj no Rio de Janeiro, Femicoop com sede em Minas Gerais e a Fecoces no Espírito Santo. Entre 1991 e 1995 foram incorporadas em seus respectivos estados: Cecresp em São Paulo, Cecrerj no Rio de Janeiro, Cecremge em Minas Gerais e Cecrest no Espírito Santo.

Com advento da Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964 as cooperativas de crédito se equiparam às demais instituições financeiras e transferem ao Banco Central as atribuições por lei atribuídas ao Ministério da Agricultura. A resolução 11, de 20 de dezembro de 1965 autorizou a constituição e funcionamento das cooperativas em duas modalidades, as de crédito rural e as de crédito mútuo, formadas por empregados de uma mesma empresa, inibindo a criação de novas cooperativas do tipo Luzatti. (PINHEIRO, 2006, p.41)

Para Meinen, Domingues e Domingues (2002, p. 15), no início dos anos oitenta, tendo em vista a diminuição de recursos destinados ao financiamento da atividade rural e o surgimento da indexação de preços abriram-se novas possibilidades para as cooperativas. Surgindo no Rio Grande do Sul, por Mário Krueel Guimarães, o cooperativismo ressurgindo das cinzas, reagrupando nove de treze cooperativas Raiffeisen sobreviventes, as quais passaram a ser coordenada e remodelada pela Cooperativa Central de Crédito Rural do Sul Ltda. Em 1986 houve interesse nas cooperativas de crédito urbano e se constituiu a primeira confederação do setor, a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (CONFEBRÁS), em Vila Velha/ES, estabelecida em Belo Horizonte atualmente em Brasília/DF.

Segundo Pinheiro (2006, p. 45), a Resolução nº 2.193 permitiu a constituição de bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito, os bancos cooperativos. Surgiram o Banco SICREDI S.A. e o BANCOOB S/A. No ano de 2000 foi autorizada através da Resolução nº 2.788 a constituição de bancos múltiplos cooperativos.

Com a necessidade de ampliar as possibilidades de crescimento na participação das cooperativas que até então existiam, basicamente de crédito mútuo e de crédito rural, foi permitida a criação de cooperativas de livre admissão.

A Resolução 3.106 de 25 de junho de 2003 permitiu a constituição de cooperativas de crédito de livre admissão em localidades com menos de 100 mil habitantes ou a transformação das cooperativas existentes em cooperativas de livre admissão de associados em localidades com menos de 750 mil habitantes, sendo obrigatória para essas a adesão do fundo garantidor de crédito. Em 29 de março de 2004 foi autorizado aos bancos cooperativos o recebimento de depósitos de poupança rural, ficando a contratação de correspondente no país limitada às cooperativas de crédito rural e livre admissão. (PINHEIRO, 2006, p.46).

2.3 Controle Interno

O controle interno pode ser encontrado em todas as áreas da empresa, pois são detectados problemas em todos os setores, quando exercido corretamente o controle assume fundamental importância com objetivos de atingir resultados favoráveis e menos desperdícios.

Para Almeida (2003, p.63), o controle interno é um sistema contendo informações de um plano organizacional com objetivo de resguardar o patrimônio e obter informações para os gestores sobre possíveis evidências de erros, fraudes, má administração, entre outros. Deve ser um conjunto de recursos adotados pela entidade com finalidade de prevenção.

A resolução de nº 321/72 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) diz que o controle interno compreende o plano de organização e um conjunto de métodos e medidas para proteger o patrimônio e verificar o grau de confiança dos dados da contabilidade promovendo a operacionalidade da empresa.

Conforme Durlo e Carlesso (2005, p.197), o controle interno desenvolve as suas funções através de modelos de Auditoria e Controladoria, manifestando através de relatórios de controles, expressando opiniões e fazendo recomendações para os gestores da empresa.

O controle interno não tem o mesmo significado de auditoria, ele se refere aos procedimentos e organização como planos adotados pela empresa e a auditoria é um trabalho de revisão de trabalho executado em algum departamento.

Para Crepaldi (2010, p. 360) quando se examinam os controles internos de uma empresa são analisadas a organização e a execução deles, pois são instrumentos da organização destinados à fiscalização e que permitem prever, observar e dirigir os acontecimentos que produzem reflexos no patrimônio da empresa.

Com a identificação de problemas nas instituições houve a necessidade de criar os controles internos que fossem adequados ao tamanho da entidade. O Banco Central do Brasil tornou pública a aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional, da Resolução CMN 2.554/1998, que foi instituída com a finalidade de regulamentar as instituições financeiras do Brasil supervisionadas por aquele órgão. Controlar significa manter os riscos em nível determinado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Para Meinen, Domingues e Domingues (2002, p.50-53), existem normas de extrema necessidade à saúde da cooperativa, como controles internos, pois a cooperativa no seu enquadramento de instituição financeira está sujeita às penalidades impostas pelos

descumprimentos de normas, tendo a operacionalidade controlada pelo BACEN (Banco Central do Brasil). Toda cooperativa de crédito deve dispor de meios de controle em condições de acompanhar, identificar e propor ações preventivas e corretivas uniformizando suas estruturas internas.

Os agentes de controle interno são responsáveis em coordenar e executar os processos de monitoramento da entidade financeira e passar para o Conselho de Administração sobre a efetividade dos controles que foram instituídos. Devem contribuir para o desenvolvimento das atividades de todas as pessoas envolvidas nas questões relacionadas a controles e ter postura de colaboração e orientação para o Conselho de Administração.

Segundo Bergamini (2005, p. 162), os controles internos são implantados compreendendo intervenções tanto para o Conselho de Administração quanto para a Diretoria Executiva, pois ambos têm responsabilidade de estabelecer um plano de organização que define o desempenho organizacional da entidade e estabelecem responsabilidades de cada função representada por pessoas qualificadas.

De acordo com Oliveira et al. (2011, p. 11) o controle interno é considerado de grande utilidade, pois os procedimentos que esse sistema utiliza busca a prevenção contra falhas, de modo a demonstrar a transparência em suas atividades, contribuindo para a credibilidade da cooperativa, proporcionando maior segurança e exatidão nos procedimentos realizados no cotidiano, tornando-se assim um fator essencial no gerenciamento das cooperativas de crédito.

Conforme Tosini e Bastos (2008, p. 10-19), o Banco Central normatiza e fiscaliza a criação de padrões necessários para proporcionar segurança e mecanismos de monitoramento. O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central ao observarem o crescimento do segmento das cooperativas criaram áreas específicas com objetivo de supervisão.

3 METODOLOGIA

A pesquisa pretende analisar o controle interno nos processos gerenciais das cooperativas de crédito, evidenciando a importância, a eficácia e o desempenho desse instrumento utilizado em prol da governança corporativa. Diante de tais análises, buscou-se identificar se o controle interno colabora para melhorar o gerenciamento nas cooperativas de crédito.

O tipo de pesquisa foi descritiva que, na concepção de Gil (2002, p. 42), tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Muitos estudos podem ser considerados nesse tipo de pesquisa, ressaltando que uma de suas características mais significantes está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática.

O procedimento utilizado foi a pesquisa bibliográfica realizada com base na consulta de artigos científicos e livros, abordando a história do cooperativismo, o desenvolvimento das cooperativas de crédito, a importância da governança corporativa e do controle interno. De acordo com Beuren et al. (2008, p. 86) a pesquisa bibliográfica compõe parte da pesquisa descritiva ou experimental, pois visa recolher conhecimentos e informações sobre um problema para o qual se procura a resposta. Essa pesquisa é de natureza teórica e é através dela que se obtém conhecimento sobre a produção científica existente.

Além da pesquisa bibliográfica foi realizado um estudo de caso, que buscou informações necessárias para a resposta do problema. Segundo Gil (2002, p. 141) o estudo de caso em termos de coleta de dados é o mais completo, pois utiliza os procedimentos mais variados. Os dados podem ser obtidos por análise de documentos, entrevistas, questionários, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos. E nessa pesquisa para alcançar os resultados foi utilizado o estudo de caso, com obtenção dos dados através de questionários.

Também foi realizada uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Richardson (1999, p. 80) os estudos aplicáveis à pesquisa qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Portanto a pesquisa qualitativa visa interpretar, analisar e destacar os dados e características dos fenômenos os quais serão estudados.

Os dados foram coletados através de questionário, desenvolvido a partir do referencial teórico deste trabalho. Segundo Beuren et al. (2008, p. 131) o questionário é um instrumento de coleta de dados formado por questões abertas ou fechadas, que devem ser respondidas por escrito pelo informante. Seu conteúdo deve ser claro e limitado em extensão, contendo notas

explicando a natureza da pesquisa e que evidenciam a importância das respostas, com intuito de motivar o informante.

Participaram do estudo quatro *controllers* das seguintes cooperativas de crédito: Sicoob Paraisocred da cidade de São Sebastião do Paraíso; Sicoob Crediempar da cidade de Uberlândia; Sicoob Credichapada da cidade de Chapada Gaúcha; e Sicoob Credesp da cidade de Bom Despacho.

O questionário aplicado foi enviado por email aos *controllers*, sendo dividido em duas partes: a primeira parte com questões fechadas com o objetivo de conhecer o perfil dos colaboradores. E a segunda parte com questões abertas a fim de identificar se o controle interno colabora para melhorar o gerenciamento das cooperativas de crédito.

Análise dos dados do questionário foi realizada por meio de análise de conteúdo. Por se tratar de um método de análise textual utiliza-se de questões aplicadas através de questionário e ou entrevistas. Assim, a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados com objetivo de identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. (VERGARA, 2010, p. 15)

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste tópico serão apresentados os resultados obtidos através dos questionários que foram enviados aos agentes de controle interno e riscos de 10 cooperativas de crédito, porém recebemos respostas apenas das seguintes cooperativas: Sicoob Crediempar, Sicoob Credesp, Sicoob Credichapada e Sicoob Paraisocred. Por questão de ética, os colaboradores da pesquisa, não tiveram seus nomes citados e também não serão identificadas em quais das cooperativas de crédito trabalham.

A seguir são apresentados e discutidos os resultados referentes à pesquisa. O questionário foi elaborado com seis questões abertas e os dados foram organizados em seis categorias de análises sendo: controle interno como elemento primordial; avaliação de resultados; correções das falhas e irregularidades apontadas; sugestões do controle interno; análise pelo conselho de administração das falhas detectadas pelo controle e tomadas de decisões. Em cada categoria surgiram subcategorias como parte do processo de análise de

conteúdo, a partir da leitura das respostas aos questionários feitos pelos agentes de controle interno.

O estudo de Broilo (2004) destaca que o processo de construção das categorias pressupõe uma trajetória de interpretação do conteúdo contido nas respostas dos sujeitos. As categorias podem ser empregadas para estabelecer classificações e para agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de fazer abrangências mais amplas. Minayo (1998) tem reforçado, em seus estudos, que esse tipo de procedimento pode ser utilizado em qualquer tipo de análises em pesquisa qualitativa.

Em seguida apresentam-se em forma de quadro as categorias e subcategorias levantadas:

QUADRO 1- Tema: controle interno como elemento primordial na geração de informações nos processos gerenciais.

Categoria	Subcategorias	Exemplos
Controle Interno como elemento primordial	Acompanhamento das etapas do processo	[...] o agente de controle interno acompanha todas as etapas do processo avaliando e identificando os riscos, selecionando em tempo hábil os controles adequados.
	Relatório do controle interno	[...] com base no relatório elaborado pelo controle interno pode-se tomar decisões a fim de mitigar os riscos da cooperativa e melhorar processos.
	Informações geradas	[...] as informações geradas são de suma importância para os tomadores de decisão.
	Consulta aos processos operacionais	[...] o agente de controle interno e riscos é consultado por todos os colaboradores em caso de dúvidas durante a execução dos processos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na categoria controle interno como elemento primordial, quadro 1, 100% das respostas do questionário colocaram que o controle interno é base informativa primordial para geração de informações nos processos gerenciais. O controle interno acompanha todos os procedimentos operacionais da cooperativa, colaborando nos processos gerenciais e gerando informações necessárias para o melhor desempenho da entidade, dá segurança quanto aos processos operacionais para o Conselho de Administração alcançar os objetivos estratégicos.

Colabora com esta afirmativa Oliveira, Junior e Silva (2011, p. 74) dizendo que, um sistema de informações e relatórios gerenciais deve ser apropriado para fornecer à administração informações confiáveis, objetivas, claras, exatas, atualizadas e em prazos adequados, que proporcionem a tomada de medidas saneadoras e auxiliem nas tomadas de decisões.

QUADRO 2 – Tema: Avaliação de resultados

Categoria	Subcategorias	Exemplos
Avaliação de resultados	Informações às áreas responsáveis	[...] os apontamentos detectados são informados formalmente às áreas responsáveis e à diretoria para tomada de medidas regulatória e preventiva.
	Discussão entre administradores	[...] são discutidos entre os administradores da cooperativa em reuniões com relatórios gerados.
	Apontamentos através de relatórios	[...] os apontamentos são passados através de relatório para o conselho de administração.
	Relatórios conforme as necessidades	[...] são apresentados relatórios das atividades ao conselho de administração de acordo com a necessidade, mensal, bimestral ou semestral.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado no quadro 2, na categoria avaliação de resultados, todos os colaboradores afirmam que em todas as cooperativas são gerados relatórios a fim de mitigar

os riscos, os apontamentos são passados para a diretoria e o Conselho de Administração para avaliação de tomada de decisões, podendo os gestores monitorar e tomar medidas preventivas e corretivas quando necessário.

Este resultado vem ao encontro das citações feitas por Oliveira, Junior e Silva (2011, p. 7) onde coloca que o papel da controladoria é dar assessoria a gestão da empresa, fornecendo alternativas por meio das informações, facilitando o processo de decisão. O controle norteia os gestores para que eles mantenham eficácia, fornecendo informações confiáveis sobre a empresa.

QUADRO 3 – Tema: Correções das falhas e irregularidades apontadas pelo controle interno.

Categoria	Subcategorias	Exemplos
Correções das falhas e irregularidades apontadas	Revisão dos processos	[...] após tomarem consciência dos apontamentos, inicia-se uma revisão das etapas do processo em referência e adoção de procedimentos necessários à regularização dos mesmos.
	Responsabilidades dos gestores	[...] são repassados para os chefes dos setores que cobram justificativas e correções dos seus subordinados.
	Ações de medidas preventivas	[...] algumas falhas dão tempo de corrigir e agir proativamente, outras não são possíveis, pois o controle interno age depois que tudo ocorreu. É possível tomar medidas para que não volte a ocorrer.
	Correções de irregularidades	[...] a área apontada é monitorada pelo agente de controle interno, sendo estipulado prazo para regularização, verificando a obediência desse prazo. Às vezes as irregularidades são sanadas dentro do prazo, outras vezes demanda um prazo maior.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na categoria correções das falhas e irregularidades apontadas, conforme quadro 3, na maioria das vezes as irregularidades são corrigidas, quando não são sanadas, após serem identificadas o controle interno contribui para reduzir a probabilidade de novas ocorrências, 50% disseram que sempre que possível as falhas são corrigidas, porém algumas não são possíveis e precisam de prazos para regularização, 25% disse que as falhas e irregularidades são reportadas aos chefes dos setores que cobram as correções e 25% inicia uma revisão das etapas dos processos e adotam procedimentos de regularização.

Esses dados têm relação com o que diz Oliveira, Junior e Silva (2011, p. 10) que entende o controle como conhecimento e comparação, com objetivo de constatar o mais rápido as irregularidades e suas origens para tomar medidas saneadoras.

QUADRO 4 – Tema: Sugestões do controle interno para os setores que são encontrados irregularidades.

Categoria	Subcategorias	Exemplos
Sugestões do controle interno	Identificação das falhas	[...] o agente de controle interno procura identificar a possível falha, em um processo de prevenção de risco, e juntamente com as demais áreas, empenhar para encontrar o melhor caminho para que os objetivos sejam alcançados.
	Recomendações	[...] são feitas recomendações diretas e claras alertando sobre os riscos iminentes.
[...] melhorias nos processos dos setores, sempre com intuito de resguardar a cooperativa.		

Fonte: Dados da pesquisa.

Na categoria sugestões do controle interno, no quadro 4, todos os colaboradores (100%) concordam que as recomendações são positivas e ainda são diretas, claras, com intuito de sugerir melhorias, se esforçar para encontrar o melhor caminho no alcance dos objetivos e preservar a cooperativa.

Conforme as citações de Nakagawa (1993, p. 13) os modernos conceitos de controladoria indicam que o controle desempenha sua função de maneira especial, ou seja, organiza e reporta dados relevantes, exercendo influência aos gestores a tomarem decisões lógicas e consistentes.

QUADRO 5- Tema: análise pelo conselho de administração das falhas detectadas pelo controle.

Categoria	Subcategorias	Exemplos
Análise pelo conselho de administração das falhas detectadas pelo controle	Reunião com responsáveis de cada área	[...] são realizadas reuniões esporádicas entre a Diretoria e o Agente de Controle Interno e de Risco, e sempre que necessário, reunião também com os responsáveis por cada área da cooperativa.
	Erros apontados pelo controle interno	[...] mensalmente são levados os erros apontados pelo controle interno à diretoria executiva e conselheiros administrativos e fiscais da cooperativa.
	Relatório de apontamentos	[...] mensalmente é passado para o conselho de administração o relatório de apontamentos com as falhas e irregularidades encontradas naquele mês. E sempre que há necessidade o controle se reúne com a diretoria para passar pontos relevantes para que possam tomar decisões e alterar processos.
	Reuniões mensais	[...] pelo menos uma vez ao mês.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na categoria análise pelo conselho de administração das falhas detectadas pelo controle, quadro 5, 75% das respostas dos colaboradores disseram que são realizadas reuniões mensalmente entre os membros das cooperativas de crédito para tratarem das falhas e irregularidades encontradas pelo controle interno. E apenas 25% citaram que são realizadas reuniões esporádicas entre a Diretoria e o Agente de Controle Interno e Risco.

Os agentes de controle interno e risco contribuem no desenvolvimento das atividades relacionadas ao controle interno da cooperativa, sendo responsáveis por monitorar esse controle e reportar ao Conselho de Administração informações através de seus relatórios e apontamentos.

Conforme Durlo e Carlesso (2005, p. 196) se o controle interno for bem estruturado irá funcionar em toda a organização, abrangendo todos os setores da empresa, com metas de trazer resultados satisfatórios, sem erros nem falhas e de importância diferente para cada setor, mas satisfatório para todos.

QUADRO 6- Tema: Tomadas de decisões a partir dos relatórios dos controles internos.

Categoria	Subcategorias	Exemplos
Tomadas de decisões	Importante ferramenta no processo gerencial	[...] o Controle Interno é uma ferramenta importante em todo o processo, seja para área administrativa, operacional ou financeira da entidade.
	Iniciativa da Diretoria Executiva	[...] através dos relatórios o conselho de administração cobra explicações e solicita iniciativa da Diretoria Executiva para sanar a falha, erro ou risco apontado.
	Apontamentos do controle interno	[...] quando os apontamentos são considerados relevantes, são tomadas decisões a partir dos relatórios dos controles internos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na categoria tomadas de decisões, 100% das respostas do questionário colocaram que o Conselho Administrativo toma decisões a partir dos relatórios dos controles internos. Trata-se de uma ferramenta importante no processo gerencial, pois em seus relatórios demonstram informações com exatidão, transparência e confiabilidade, podendo assim o controle interno corrigir, prevenir, apontar os erros e irregularidades. Também visa implantar medidas para corrigir e garantir a integridade da cooperativa, protegendo o patrimônio, gerando informações que auxiliam a governança corporativa nas tomadas de decisões, facilitando o processo de gestão.

Esse resultado vem de encontro com a citação de Oliveira, Junior e Silva (2011, p. 5), mencionando que os conceitos de administração e gerência destacam que uma eficaz Controladoria deve estar preparada para organizar os dados e informações relevantes e levá-los aos tomadores de decisões, manter um constante monitoramento sobre os controles das diversas atividades e ser capaz de exercer influências nas decisões dos gestores da entidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos objetivos da pesquisa em relação a conhecer como funcionam as cooperativas de crédito, entender os procedimentos usados pela governança corporativa e verificar a função operacional do controle interno, foi possível adquirir estes conhecimentos através da revisão bibliográfica.

Através da pesquisa bibliográfica, pôde-se também observar que o desafio do controle interno é minimizar os conflitos e manter as boas práticas da governança corporativa, favorecendo o gerenciamento das cooperativas de crédito, mantendo a transparência.

Quanto ao objetivo geral, analisar o controle interno nos processos gerenciais das cooperativas de crédito foi possível demonstrar através da pesquisa, a importância do controle interno como base informativa e também a capacidade de oferecer suporte decisório para todo processo gerencial de uma cooperativa de crédito.

Nos relatórios fornecidos pelo controle interno das cooperativas, foram identificados os apontamentos dos agentes de controle interno e risco de todos os erros e irregularidades que podem ocorrer nos setores da cooperativa. Nesses relatórios são demonstrados com clareza e exatidão informações sobre os procedimentos operacionais o que facilita o conselho de administração em seus objetivos estratégicos.

Os apontamentos identificados pelos agentes de controle interno e riscos sobre falhas e irregularidades são corrigidos, sendo alguns necessários reportá-los aos chefes dos setores para que sejam tomadas as providências cabíveis, tornando possíveis prazos para regularização dos mesmos.

As recomendações do controle interno são fundamentais para que as cooperativas de crédito atinjam seus objetivos e preservem seu patrimônio. As reuniões com os agentes de

controle interno acontecem frequentemente para tratarem de pontos relevantes levantados pelo controle, a fim de obterem resultados satisfatórios.

Outro fato relevante é que o Conselho Administrativo toma decisões a partir dos relatórios gerados pelo controle interno da cooperativa de crédito. Esses relatórios são fundamentais pelas informações transparentes e confiáveis que contêm, facilitando a governança corporativa nas tomadas de decisões.

Diante de todo contexto, conclui-se que o controle interno colabora para melhorar o gerenciamento nas cooperativas de crédito, respondendo assim nosso problema de pesquisa, pois acompanham todos os procedimentos operacionais, gerando informações fundamentais para o processo gerencial das cooperativas. Colabora também através de seus apontamentos e relatórios com a governança corporativa nas tomadas de decisões facilitando assim o processo de gestão e exercendo influência nos gestores para tomarem decisões lógicas e coerentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. - **Um curso moderno e completo**, 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003, 544 p.

BERGAMINI, Sebastião. - **Controles Internos como um instrumento de governança corporativa**, 2005. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2406.pdf>. Acesso em 12/08/2012.

BEUREN, Ilse Maria; colaboradores LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; BRASIL, **Lei nº 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o conselho monetário nacional e dá outras providências. Lex: DOU, de 31 de dez de 1964. Seção 1, pag. 28

BRASIL, **Lei nº 8.029**, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Lex: DOU, de 13 de abr de 1990. Seção 1, pag. 7101

BROILO, Cecília Luiza. **Com (formando o trabalho docente: ação pedagógica na universidade)**. (Teste de Documento) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. - **Auditoria Contábil**, 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 742 p.

DURLO, Avani Rubin; CARLESSO, Stéle Bicca da Silva. **O controle interno e as cooperativas**, 2005. Disponível em: < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/contabilidade/article/download/181/3724>>. Acesso em 26/10/2012.

FIGUEIREDO, Ronise de Magalhães. – **Dicionário Prático de Cooperativismo**, Belo Horizonte: Mandamentos, 2000, 224 p.

GIL, Antônio Carlos. - **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4 ed., São Paulo: Atlas, 2002, 175 p.

JÚNIOR, Amilcar Barca Teixeira; CIOTTI, Lívio Rodrigues. – **Participação de cooperativas em procedimentos licitatórios**, Belo Horizonte: Mandamentos, 2002, 497 p.

MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida Stefan. - **Cooperativas de crédito no direito brasileiro**, Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2002. 110 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. - **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo; Hucitec, 1998.

NAKAGAWA, Masayuki. – **Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação**, São Paulo: Atlas, 1993. 104 p.

OLIVEIRA, Josieli Conceição Roldão de; ZAPPALA, Antonio Carlos Guedes; BISPO, Oscar Neto de Almeida; SOARES, Marcos Valerio Martins. – **O papel do controle interno na prevenção de erros e fraudes: um estudo de caso nas cooperativas de crédito de Minas Gerais**, 2011. Disponível em:

<<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/470.pdf>>. Acesso em 02/03/2013.

OLIVEIRA, Luís Martins de; JUNIOR, José Hernandez Perez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. – **Controladoria Estratégica**, 8 ed., São Paulo: Atlas, 2011. 317 p.

PORTON, Rosimere Alves de Bona. – **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**, 3 ed., São Paulo: Atlas, 2008, 195 p.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. - **Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil**, 4 ed., Brasília: BCP, 2006. 66 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. – **Pesquisa social: métodos e técnicas**, 3 ed., São Paulo: Atlas, 1999.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante; BASTOS, Alexandre Martins. – **Governança Corporativa: as funções de fiscalização e controle em cooperativas de crédito no Brasil**, 2008. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/artFiscalControle.pdf>>. Acesso em 15/06/2013.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; FILHO, Joaquim Rubens Fontes; SOARES, Marden Marques. – **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**, Brasília: BCD, 2009, 256 p.

VERGARA, Sylvia Constant. – **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**, São Paulo: Atlas, 2010. 104 p.